

A falta de condições estruturais das instituições de ensino é a primeira barreira que impede a retomada das atividades educacionais

O falso dilema que tem sido naturalizado no debate sobre a reabertura das escolas, tira de foco um tema central: a falta de estrutura das instituições de ensino para assegurar as condições sanitárias básicas para crianças, estudantes, jovens, pessoas adultas, educadoras e educadores.

Há quase um ano, a pandemia da COVID-19 tem aprofundado a crise econômica, política, sanitária e educacional em nosso país, explicitando problemas que estão há anos sem uma solução. De acordo com Dados do Programa Conjunto de Monitoramento da OMS e do UNICEF para Saneamento e Higiene (JMP) indicam que 39% das escolas não possuem serviço básico para lavagem de mãos, estratégia mínima para redução da transmissão de doenças infecciosas, como a COVID-19.

Dados do Censo Escolar de 2020, revelam que quase metade das escolas brasileiras não possuem rede de esgoto, 26% não tem água encanada e 16% não tem ao menos um banheiro. No Rio Grande do Sul, das cerca das 2.410 escolas públicas, apenas 26,2% fornecem água potável e 328 sequer possuem banheiro em suas dependências.

Mesmo assim, o governo do RS tem insistido em um discurso de negação aos riscos existentes na retomada das atividades educacionais presenciais, em um momento de avanço expressivo das internações pela COVID-19 no estado. Ao naturalizar esse risco, o governador demonstra o seu desprezo a vida das pessoas, pois, transfere as suas responsabilidades para famílias, educadoras(es), crianças, estudantes, jovens e pessoas adultas que frequentam as instituições de ensino.

A crise educacional que estamos enfrentando é resultado de uma gestão desarticulada entre a União, os estados e o DF com os municípios. A retomada das atividades presenciais nas instituições de ensino não pode ser aceita como a única medida de enfrentamento às desigualdades educacionais.

É preciso que a sociedade passe a defender a realização de investimentos qualificados, principalmente nas instituições de ensino públicas visando a adaptação e preparação dos espaços físicos, pois, esse é o único meio de garantia das condições sanitárias básicas para crianças, estudantes, jovens, pessoas adultas, educadoras e educadores.

Vacina para todas as pessoas, já!

Porto Alegre (RS), 19 de fevereiro de 2021

Comitê Popular Estadual de Acompanhamento da Crise Educacional no RS